



PARECER EM 2º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 54/2021

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 54/2021 de autoria do nobre Vereador Nikolas Ferreira, que ***“Garante aos estudantes do município de Belo Horizonte o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino, na forma que menciona”***.

Em primeiro turno, o referido Projeto foi encaminhado às Comissões de **Legislação e Justiça; Educação Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo; Direitos Humanos e Administração Pública**, nos termos regimentais como se depreende do despacho de recebimento constante às fls. 17 dos autos da proposição em análise.

Na **Comissão de Legislação e Justiça** o Projeto recebeu o parecer pela **constitucionalidade, legalidade e regimentalidade** com apresentação de emenda, conforme se verifica às fls. 20-34 dos autos do Projeto.

Nas **Comissões de Educação Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, de Direitos Humanos e de Administração Pública**, o Projeto recebeu o parecer pela **aprovação**, respectivamente nos termos das fls. 36-39, 41-43 e 59-63 dos autos.

Seguindo o trâmite legislativo, o Projeto foi levado a votação ao Plenário dessa casa, sendo aprovado em primeiro turno.



Tendo em vista a apresentação de emendas, o Projeto retornou às Comissões para a emissão dos devidos pareceres em 2º turno.

Fui designado relator para exame da matéria na Comissão de Legislação e Justiça e nessa condição, emito o presente voto nos termos do art. 52, I, "a" e em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1) Fundamentação

O Projeto de Lei nº 54/2021 alvo deste parecer, proíbe a denominada "linguagem neutra" na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas da Educação Básica e do Ensino Superior, assim como em editais de concursos públicos de modo a garantir aos estudantes do município de Belo Horizonte o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino.

A emenda 1 suprime o art. 2º.

A emenda 2 suprime o art. 5º.

A emenda 3 confere nova redação ao art. 3º nos seguintes termos:

"Art. 3º - Fica expressamente proibida a denominada 'linguagem neutra' na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos municipais."

A emenda 4 acrescenta o seguinte parágrafo único ao art. 3º:



"Parágrafo único: entende-se como 'linguagem neutra' toda tentativa de alterar a estrutura da língua ao criar palavras novas, por exemplo, pronomes de gênero neutro, ferindo diretamente o ensino da norma culta da língua portuguesa, no município de Belo Horizonte."

A emenda 5 trata-se de um substitutivo ao Projeto:

"Art. 1º É garantido aos estudantes do Município de Belo Horizonte o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas legais de ensino estabelecidas com base nas orientações nacionais de Educação, do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) e da gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

§1º Fica proibida a utilização e o ensino da 'linguagem neutra' ou 'não binária' na educação básica, pública e privada, no âmbito do Município de Belo Horizonte.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se por 'linguagem neutra' ou 'não binária' aquela que descaracteriza o uso da norma culta da língua portuguesa e seu conjunto de padrões linguísticos, por meio da alteração morfológica das palavras na comunicação oral e escrita, tendo por finalidade a não identificação ou a não definição de gênero masculino ou feminino.

Art. 2º A violação das disposições constantes nesta Lei acarretará em sanções administrativas às instituições de ensino público e privado a serem definidas por meio de Decreto do Poder Executivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

A emenda 6 suprime o art. 1º.



A **emenda 7** suprime o art. 2º.

A **emenda 8** suprime o art. 3º.

A **emenda 9** suprime o art. 4º.

A **emenda 10** suprime o art. 5º.

A **emenda 11** suprime o art. 6º.

A **emenda 12** confere nova redação ao art. 6º nos seguintes termos:

"Art. 6º - Esta Lei entra em vigor em 10 anos, contados da data de sua publicação."

A **emenda 13** confere nova redação ao art. 1º:

"Art. 1º - É garantido aos estudantes do Município de Belo Horizonte o direito ao ensino-aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas legais de ensino estabelecidas com base nas orientações nacionais de Educação, pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) e da gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos países de Língua Portuguesa (CPLP)."

1.1) Da Constitucionalidade

Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** das emendas apresentadas ao Projeto de Lei 54/2021.



Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma *compatibilidade vertical* das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal e material**.

A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A **inconstitucionalidade material** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas



disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade das emendas apresentadas ao PL 54/2021.

As **emendas 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10 e 11** apenas suprimem dispositivos do Projeto, não cabendo aqui discussão sobre a constitucionalidade ou não das mesmas.

Temos que as **emendas 3, 4, 5 e 13** observam os preceitos e princípios das Constituições Federal e Mineira e não violam a competência dos demais entes federativos, sendo constitucionais.

Quanto a **emenda 12**, verifica-se que o prazo atribuído para o início da vigência da lei é desarrazoado, trazendo o risco de torná-la ineficiente considerando seus próprios objetivos. Isto é, tendo em vista os fins aos quais o PL em análise se presta, a emenda apresentada acabaria por ferir a eficiência que deve ser um atributo presente em toda lei.

Além disso, o autor da emenda não apresenta nenhuma justificativa que apoie uma dilação tão grande do prazo para início da vigência da suposta superveniente lei.

Temos com isso que a **emenda 12** acaba por ferir o art. 37 da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade,



impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** e, também, ao seguinte:

Ora, o objetivo do Projeto de Lei 54/21 é o de proibir a "linguagem neutra" na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos e conforme justificativa do autor do PL, a finalidade de tal proibição é a de:

"(...) que qualquer medida que atente ao direito do cidadão belo-horizontino, sobretudo, dos estudantes, em obter uma educação que o qualifique para os desafios profissionais deve ser rechaçado, sob pena de prejudicar, frontalmente, o desenvolvimento social da população brasileira, como um todo."

Assim, ao determinar um prazo de 10 anos para o início da vigência da lei - considerando que o Projeto seja aprovado e sancionado - a **emenda 12** confere ao PL um caráter de ineficiência que deve ser rechaçado, tendo em vista a determinação constitucional que preza pela eficiência que deve balizar a administração pública.

De tal sorte, votamos pela **constitucionalidade** das **emendas 1 a 11 e 13** e pela **inconstitucionalidade** da **emenda 12**.

1.2) Da Legalidade

A análise de legalidade consiste em verificar a compatibilidade da proposição com as leis federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.



Aqui, a legalidade pressupõe a redução e concordância de qualquer regra com as Leis, legitimando os atos da administração pública.

Temos que todas as emendas com exceção da **emenda 12** (que foi considerada inconstitucional) estão de acordo com o ordenamento jurídico, não apresentando quaisquer violações à legislação vigente.

Nestes termos, votamos pela **legalidade** das **emendas 1 a 11 e 13**.

Em razão da inconstitucionalidade constatada da **emenda 12**, resta prejudicada a análise de sua legalidade.

1.3) Da Regimentalidade

Entende-se por regimentalidade o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.

Temos que todas as emendas estão instruídas corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que as mesmas atendem aos aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constituem matéria prejudicada.

A exceção aqui é a **emenda 6**. Temos que a essa proposição suprime do PL 54/21 o art. 1º. Entretanto, o art. 2º faz remissão àquele dispositivo:



“Art. 2º O disposto no artigo anterior aplica-se a toda a Educação Básica no Município de Belo Horizonte, nos termos da Lei Federal nº 9.394/96, assim como ao Ensino Superior e aos Concursos Públicos para acesso aos cargos e funções públicas do município.”

O art. 128, § 1º, II, “b” do Regimento Interno, dispõe:

II - quanto à sua admissibilidade, deve ser:

b) incidente sobre um só dispositivo, a não ser que se trate de dispositivos correlatos, de maneira que a modificação de um envolva a necessidade de se alterar os outros;

Desta forma, a **emenda 6** deveria suprimir não somente o art. 1º, mas também o art. 2º do PL 54/21.

Assim, votamos pela **regimentalidade** das **emendas 1 a 5** e das **emendas 7 a 13** e pela **antiregimentalidade** da **emenda 6**.

2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto são pela **constitucionalidade das emendas 1 a 11 e 13** e pela **inconstitucionalidade da emenda 12**, pela **legalidade das emendas 1 a 11 e 13** e pela **regimentalidade das emendas 1 a 5, 7 a 11 e 13** e pela **antiregimentalidade da emenda 6** ao Projeto de Lei 54/2021.

Belo Horizonte, 01 de agosto de 2022.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG	FL.
--------	-----

JORGE LUIZ
DOS
SANTOS:023
77068731

Assinado de forma digital por
JORGE LUIZ DOS
SANTOS:02377068731
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTi Multipla vs,
ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF
A3, cn=JORGE LUIZ DOS
SANTOS:02377068731
Dados: 2022.08.01 12:50:21 -03'00'

Vereador Jorge Santos
Relator

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ **RELATÓRIO 1** - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	01/08/2022 15:08:33 GMT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	PL 54-21 - Parecer - 2º Turno - assinado.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	de60eb1e21f61a02d2424dc8e47db9bfc9c646374000dc82305db16d9d037c49

▼ Assinatura por CN=JORGE LUIZ DOS SANTOS:***770687**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ **Informações da assinatura**

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 378/2022
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 378/2022 de autoria do nobre Vereador Irlan Melo, que *"Institui a noção dos direitos dos animais e de proteção animal como temas a serem abordados no contraturno das escolas municipais de educação integral"*.

No intuito de subsidiar o devido parecer jurídico a ser emitido pela Comissão de Legislação e Justiça, proponho que o Projeto seja baixado em diligência ao gabinete do Prefeito Fuad Noman, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, a fim de que a Secretaria Municipal de Educação se manifeste acerca da referida proposição.

Belo Horizonte, 01 de agosto de 2022.

JORGE LUIZ
DOS
SANTOS:0237
7068731

Assinado de forma digital por
JORGE LUIZ DOS
SANTOS:02377068731
DN: c=BR, o=(CP-Brasil), ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111,
ou=Pessoal, ou=Certificado PF
A3, cn=JORGE LUIZ DOS
SANTOS:02377068731
Dados: 2022.08.01 14:43:37 -03'00'

Vereador Jorge Santos
Relator

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 01/08/22
HORA: 14:47:02

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ **RELATÓRIO 1** - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	01/08/2022 17:48:26 GMT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	PL 378-22 - Proposta de diligência - assinado.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	9f597a84454c4c2d6c81e98fd4a1032da33248a9b10c497a24fb8c16a0e330da

▼ Assinatura por CN=JORGE LUIZ DOS SANTOS:***770687**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ **Informações da assinatura**

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 400/2022
VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria da Exma. Vereadora Flávia Borja que *Dispõe sobre a proteção de consciência e de crença nas instituições religiosas e dá outras providências.*

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, fui designado Relator — conforme despacho de recebimento — para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 400/2022.

Passo, então, à fundamentação do presente parecer

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 400/2022, em suma, busca disciplinar sobre a liberdade das entidades religiosas de escolherem atribuir o uso dos banheiros em seus templos, escolas confessionais e outras instituições, pelo sexo biológico e não pela identidade de gênero. Visto que o assunto tem impacto direto em fundamentos basilares de religiões confessadas por parte da população do município.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 01/08/22
HORA 15:59:28

Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça, efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Lei nº 400/2022 encontra-se em consonância com a Constituição da República (art. 30, incisos I e II), haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local, bem como complementar a legislação Federal e Estadual.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - complementar a legislação federal e a estadual no que couber

Neste mesmo sentido disciplina a Constituição Mineira em seu art. 171, I.

Art. 171 —Ao Município compete legislar:

I — sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Não se evidencia, ainda, vício no projeto em apreço quanto a sua iniciativa, uma vez que a matéria de competência privativa do Chefe do Executivo restringe-se a disposições que tratam da estrutura da Administração Pública Municipal, que criam atribuições para seus órgãos, e que tratam sobre regime jurídico de servidores públicos.

Destaca-se, portanto, que a iniciativa legislativa privativa consiste em matéria de direito excepcional, sendo impositiva a interpretação restritiva. Neste sentido é pacífico o entendimento do STF.

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. (ADI n. 3394-8, Rd Ministro Eros Grau, D1 24/08/2007).

Urge ressaltar que o direito suscitado no Projeto de Lei nº 400/2022 encontra respaldo no art. 5º da Constituição da República. *In verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; (CR/1988)

Cumpra ainda destacar que o Projeto busca a garantia do professamento da fé conforme os dogmas da religião, sendo inadmitido a relativização de conceitos de natureza absoluta. Assim, defende-se a possibilidade de definição de gênero conforme os critérios biológicos (defendidos nas Sagradas Escrituras) nos templos de qualquer culto, bem como nas escolas confessionais e instituições mantidas por entidades religiosas e nos eventos e atividades por elas realizados, ainda que fora de suas dependências.

Destarte, a liberdade para atribuir o uso dos banheiros de suas dependências de acordo com a definição biológica de sexo é medida garantida pelo direito fundamental previsto no art. 5º da Constituição da República.

Ressalto, ainda, que o escopo do projeto é garantir a liberdade para atribuir o uso dos banheiros, **nas dependências das instituições religiosas e nos espaços de sua administração**, de acordo com a definição biológica de sexo. Necessário atentar-se ao fato de que o Projeto de Lei nº 400/2022 restringe-se aos espaços de atuação religiosa, em que os dogmas religiosos não admitem relativização.

Por tudo exposto, a proposição em comento, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

2.2 Da Legalidade

No que concerne à legalidade/juridicidade, cumpre a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face do arcabouço normativo infraconstitucional. Exige-se, portanto, a conformidade da proposição com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito.

Cumpra aqui ressaltar a convergência da proposição com os arts. 3º, parágrafo único; e 4º da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, tendo em vista que a liberdade religiosa e o direito de professar a fé em conformidade com a crença encontra-se disposta no art. 5º da Constituição Federal.

Art. 3º. São objetivos prioritários do Município, além daqueles previstos no art. 166 da Constituição do Estado:

(...)

Parágrafo único - O Município concorrerá, nos limites de sua competência, para a consecução dos objetivos fundamentais da República e prioritários do Estado.

Art. 4º. O Município assegura, no seu território e nos limites de sua competência, os direitos e garantias fundamentais que a Constituição da República confere aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País.

Não se evidencia, ainda, conflito com as demais legislações infraconstitucionais.

Verifica-se, portanto, que o Projeto de Lei nº 400/2022 está em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio, sendo respaldado pela legalidade e pela juridicidade.

2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que diz respeito à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 400/2022, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com a devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade do Projeto de Lei nº 400/2022.

Belo Horizonte, 01 de agosto de 2022.

**IRLAN CHAVES DE
OLIVEIRA**

MELO:923607696

34

Vereador Irlan Melo

Assinado de forma digital por IRLAN
CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Múltipla v5, ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
Dados: 2022.08.01 15:54:42 -03'00'

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ **RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001**

Data de verificação	01/08/2022 19:00:07 GMT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	Parecer PL 400-22 - liberdade crença religiosa.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	2d5911de62ea1c7eec5b4f6acb97dcd91eb4e93262e5f5175e95b68c8d3c2529

▼ Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:***607696**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, DU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ **Informações da assinatura**

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos



Modo escuro ☐